

ENTRE VULNERABILIDADES E (DES)PROTEÇÃO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Taís Alves Vieira Santos ¹; Lucas Bastos dos Santos²

¹Graduanda em Serviço Social (FACEMP), FACEMP, avstais@gmail.com; ²Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB), FACEMP, lucasbastos091@gmail.com.br

A COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave e com alta taxa de transmissibilidade e de distribuição global. O vírus foi encontrado pela primeira vez em Wuhan, na China em dezembro de 2019, se expandindo rapidamente pelo país e pelo mundo, se tornando uma pandemia em março de 2020 e exigindo intervenções urgentes. A pandemia de coronavírus tem atravessado todo o tecido social e o isolamento social, imposto por governos para conter o avanço da Pandemia da COVID-19, desencadeou a paralisação das atividades econômicas no Brasil e no mundo, trazendo a à tona, de forma potencializada, alguns indicadores preocupantes sobre pobreza e desigualdade social. O objetivo dessa pesquisa é analisar a importância das Políticas de Proteção Social e de Transferência de Renda no enfrentamento das vulnerabilidades sociais decorrentes da Pandemia da COVID-19, no período de março de 2020 à agosto de 2021, identificando os impactos sociais e econômicos da pandemia no Brasil, compreendendo a trajetória histórico-política do Sistema de Proteção Social brasileiro e sua importância no período de calamidade pública. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa que utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo a literatura temática, legislações e decretos emergenciais na pandemia, bem como, plataformas de dados e indicadores como o IBGE, IPEA e PNAD no período de estudo. Os dados parciais apontam que a adoção de medidas de isolamento aguçou essa crise econômica e política ao promover, por meio de decretos municipais e estaduais, o fechamento de comércios, bares e restaurantes, eventos, comércio de rua e proibição de qualquer atividade que causasse aglomeração de pessoas. Ao tempo que se reconhece a legitimidade de tais medidas, aponta-se que estas tiveram grande impacto social, político e econômico, afetando de forma direta a renda das famílias, sobretudo as mais pobres, aumentou o desemprego em e levou mais 22 milhões de pessoa a pobreza na América Latina, que já somava 209 milhões somente em 2020. A pandemia privou a classe que vive do trabalho de desenvolver suas atividades e, conseqüentemente, de renda e subsistência de necessidades básicas, como alimentação. Para intervir nos impactos econômicos e sociais da pandemia, que alastrou as desigualdades históricas no Brasil, faz-se necessárias respostas governamentais de Políticas Sociais de Proteção Social no enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família e do auxílio emergencial que, além de fomentar a subsistência para boa parte da

população e grupos mais vulneráveis, foi primordial para diminuição da desigualdade de renda e a redução da pobreza no Brasil.

Palavras-chave: Pandemia da COVID-19. Proteção Social. Auxílio Emergencial.